negociados no *grey market*. A iniciativa visa atender basicamente aos objetivos de demonstrar uma atitude pró-ativa; de servir como um exercício de *learning-by-doing* como preparação para o mercado que irá se formar; de especulação de preços; de um *hedge* parcial e de desenvolver novas oportunidades de negócios e vantagens comparativas.

Resta perguntar se a Convenção do Clima e o Protocolo de Quioto serão um *cabresto* posto na boca do setor privado mundial ou uma nova visão da existência no planeta? Se os países – governos, ONGs, sociedade – privilegiarem a primeira hipótese, podemos apostar que ainda veremos muitas reuniões do tipo das COPs com pouco resultado prático e um possível esvaziamento do Protocolo de Quioto, dificultando a implementação da Convenção do Clima.

Bibliografia

BEIL, S. Evolution and design of an emissions trading market of greenhouse gases. Paper presented at the 2nd Annual Emissions Trading Forum. 30-31 August, 1999. (http://www.aetf.net.au/ContentStore/ReferencePapers/Reference11.htm)

BEIL, S.; ASSIM, F. The "secusitisation" of environmental markets: from theory to reality. Paper presented at Forests in the Green Economy, 10th April, 2000. Mimeo.

BNDES; MCT. Efeito estufa e a Convenção sobre Mudança do Clima. 1999. (http://www.mct.gov.br/clima/quioto/bndes.htm)

DOWNES, J.; GOODMAN, J.E. Dicionário de termos financeiros e de investimento. São Paulo: Nobel, 1993.

NORDHAUS, W.D. From Porcopolis to Carbopolis. In: KOSOBUD, R.F.; SCHREDER, D.L.; BIGGS, H.M. Emissions trade – environmental policy's new approach. John Wiley & Sons Inc. 2000.

SANDOR, R.L.; WALSH, M.J. Some observations on the evolution of the international greenhouse gas emissions trading market. In: KOSOBUD, R.F.; SCHREDER, D.L.; BIGGS, H.M. Emissions trade – environmental policy's new approach. John Wiley & Sons Inc. 2000.

Warwick Manfrinato é agrônomo, mestrando no Centro de Energia Nuclear na Agricultura sobre carbono e uso da terra e pesquisador no Cepea/Esalq/USP – Centro de Pesquisas em Economia Aplicada. E-mail: warwick@cena.usp.br

Marcelo Theoto Rocha é engenheiro agrônomo, mestre em Economia Aplicada, doutorando do Deas – Esalq/USP, Pesquisador do Nepema/Cepea. E-mail: matrocha@esalq.usp.br

Discórdia em Haia

Impasses à parte, o Brasil poderia levantar US$260 milhões ao ano em projetos de reflorestamento enquadráveis no Protocolo de Kioto

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O fim do século XX certamente não será lembrado como um período modelo para o desenvolvimento das negociações multilaterais entre os países. A Rodada do Milênio, da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, foi um desastre e até agora caminha-se à procura das peças demolidas, para achar uma saída. As negociações do Grupo dos Oito, em Praga, também tiveram problemas. O impasse persiste no recente encontro de Haia, onde os próximos passos ficarão ainda mais incertos.

Desenvolvimento limpo

O tema central da VI Conferência das Nações Unidas Sobre Mudança Global de Clima, envolvendo 185 países, tinha como tema central discutir o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL). A expectativa era definir as regulamentações do Protocolo de Kioto, segundo o qual os países industrializados se comprometiam a reduzir até 2010 o total de suas emissões em 5%, tomando como base de comparação o nível apurado em 1990.

Na verdade, o acúmulo de gases tem crescido na atmosfera. Os países desenvolvidos continuam a aumentar suas emissões. Até 1998, os Estados Unidos as tinham incrementado em 22%, enquanto o Canadá as fazia crescer 17%. A Espanha e a Suécia seguiram a mesma tendência, com aumentos de respectivamente 23% e 32%.

Impasse exposto

A divergência entre organizações não-governamentais a respeito de floresta e clima é antiga e perceptível em todos os lugares. Em Haia o impasse ficou exposto com maior contundência. Enquanto algumas ONGs atacavam o vínculo de computar florestas nas questões abordadas pelos norte-americanos para combater o aquecimento

Prós e contras das florestas nativas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Contras

- A defesa das florestas faz parte do jogo norte-americano para incluir suas próprias florestas na conta das emissões;
- Os países não devem ser remunerados para preservar suas florestas, pois isso é uma obrigação;
- O carbono já lançado na atmosfera é um fato concreto, e a manutenção das florestas não o influencia;
- Para resgatar o carbono da atmosfera ou evitar a sua emissão, somente projetos de reflorestamento e de produção limpa combatem o aquecimento global;
- Os países desenvolvidos não necessariamente reduzirão sua emissões, pois trocarão o carbono economizado com conservação no manejo dos países pobres;
- Ao longo de décadas serão muitas as incertezas envolvidas para fiscalizar e garantir a conservação de florestas;
- Um mercado ainda não existente será depreciado, pois a inclusão de florestas multiplicará a oferta de créditos de carbono.

Prós

- Para participar da redução das emissões e obter recursos do MDL, as florestas nativas constituem o principal elemento estratégico de países da latino-americanos;
- Com o desmatamento de 20 mil km^2/ano da Amazônia, a obrigação de preservar não é cumprida no Brasil;
- A Amazônia é a principal fonte emissora de gases-estufa do país, em face do desmatamento e das queimadas;
- China e Índia ficarão com o grosso do mercado MDL, pois o Brasil tem matriz energética limpa e o reflorestamento não tem o mesmo potencial de renda e emprego do manejo florestal;
- Somente os países desenvolvidos que já tenham estabilizado ou reduzido suas emissões deverão ter acesso ao mecanismo MDL;
- Também existirão incertezas para fiscalizar os projetos de energia e reflorestamento para o MDL;
- Poderão ser fixados limites para a participação de florestas no MDL e mecanismos semelhantes.

global, outras extraíam dele uma oportunidade para a conservação.

Pelas estimativas da Sociedade Brasileira de Silvicultura, o Brasil poderá levantar US$260 milhões ao ano, em projetos de reflorestamento enquadráveis no Protocolo de Kioto. A soma é vultosa, pois financiaria novas áreas de plantio e abrandaria problemas de abastecimento da indústria, com risco de estrangulamento em 2005.

A União Européia não enxerga com bons olhos o plano dos Estados Unidos de incluir florestas no combate ao aquecimento global. Isso facilitaria os norte-americanos no cumprimento das metas de Kioto: cortar 7% das suas emissões em relação aos níveis de 1990, até 2012. O raciocínio consiste em considerar o fato de as florestas serem capazes de retirar da atmosfera parte do gás carbônico emitido com a queima de combustíveis fósseis. Ao realizar a fotossíntese e crescer, as árvores consomem o CO_2 do ar e fixam na forma de madeiras, folhas e raízes.

Os membros da delegação norte-americana projetam mediante essa nova fórmula que a quantidade de carbono assim calculada possibilitará aos Estados Unidos uma redução de 20% em seus cortes de emissões. A União Européia, mais adiantada em sua tarefa de cumprir o Protocolo de Kioto, reagiu com frieza.

Créditos de carbono

Por sua vez, os países menos industrializados, reunidos em torno do Grupo dos 77, protestaram contra o monopólio da conferência em torno do conflito entre União Européia e Estados Unidos. As posições convergiam no sentido de buscar um detalhamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Ou seja, criar os regulamentos para os países desenvolvidos financiarem e obterem créditos de carbono com projetos no Terceiro Mundo. E nisso, infelizmente, os trabalhos emperraram (**L.A.P.** e **R.A.**).